



Anais da Assembléia

D.A. 001 CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE FEVEREIRO DE 1998 ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI

4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Aníbal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Carúrio - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Cálto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Dullio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA**

**ATA DA SESSÃO DE INSTALAÇÃO DA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
13ª LEGISLATURA**

**REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1998
(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Ironi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmar Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a presente

S E S S Ã O

e instalado o período de Sessões Ordinárias da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 13ª Legislatura.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e declaro instalado o período de Sessões Ordinárias da 4ª Sessão Legislativa da 13ª Legislatura.

Na presente sessão Sua Excelência o Senhor Governador do Estado do Paraná, atendendo dispositivo constitucional, lerá a Mensagem que dará conta da situação do Estado e solici-

tará providências que julgue necessárias.

Para acompanhar até este recinto Suas Excelências os Senhores: Jaime Lerner, Digníssimo Governador do Estado e o Desembargador Henrique Lenz César, Digníssimo Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, designo os Senhores Deputados: Plauto Miró Guimarães, Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Waldir Rossoni, Ironi Pugliesi e Horácio Rodrigues, para acompanharem Suas Excelências até a Mesa desta Casa.

(Sessão suspensa por cinco minutos)

Esta Presidência considera reaberta esta sessão e anuncia a composição da Mesa: Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner; Excelentíssimo Senhor Henrique Lenz César, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Paraná; Excelentíssimo Senhor General Pedro Augusto da Silva Neto, Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército; Excelentíssimo Senhor Prefeito Cássio Taniguchi; Excelentíssimo Senhor Juiz Pretextado Penafort Taborda Ribas Neto, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Excelentíssimo Senhor Artagão de Mattos Leão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Excelentíssima Senhora Emilia Belinati, vice-Governadora do Estado; Excelentíssima Senhora Fany Lerner, Secretária de Estado da Criança e do Adolescente; Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Martins, 1º Secretário; Excelentíssimo Senhor Luiz Carlos Alborghetti, 2º Secretário.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro, a ser cantado pelo Coral Paraná, acompanhado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado.

(Execução do Hino)

O SENHOR PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Lê):

"Cumprimos, mais uma vez, o rito constitucional de instalarmos a Sessão Legislativa Ordinária do órgão legislativo estadual do Paraná."

Mas, além de uma formalidade regimental, desejamos aproveitar esta oportunidade em que contamos com a honrosa presença do Governador Jaime

Lerner, de outras gradas autoridades e de personalidades de nossa terra, para um diálogo aberto sobre a situação geral do Estado e nossas concepções sobre a democracia representativa.

O momento é oportuno, dado que o nosso País e o Paraná atravessam um período de transformações impressionantes, próprias do final de um ciclo que um historiador ilustre, Eric Hobsbawm, qualificou de 'o breve século XX'.

Assim, os Estados-Nação que favoreceram a evolução da Teoria da Democracia Representativa estão sendo progressivamente afetados por mudanças de ordem global que ensejam preocupações; quanto mais se possa dizer dos entes políticos subnacionais - tais os Estados autônomos, como o Paraná.

É nesse espaço algo contido que devemos atuar, cumprindo o mandato que nos foi delegado pelo povo. Nessa delegação, cumpre às legislaturas regionais não somente a elaboração da lei, mas sobretudo 'a legitimação de todo poder público pelo consenso do povo', via articulação de interesses das correntes politicamente relevantes e, sobretudo, a supervisão e fiscalização dos negócios públicos.

Não obstante, a nosso ver, a tarefa principal que cabe às Assembléias representativas é a centralização do processo legislativo, porque - como ensinava Wilson - 'a missão de legislar conforme regras constitucionais estritas é sobretudo uma garantia para o cidadão e a sociedade'. Porque, a lei formulada segundo o processo regular, guardando princípios de generalidade, impessoabilidade, previsibilidade e certeza, vincula de modo duradouro no sentido de uma ordem legal justa - permitindo às pessoas planejar seu curso de vida e regular sua conduta de modo claro e seguro em relação ao que é aceito ou proibido pela sociedade geral.

Insisto neste ponto porque dele decorre a garantia dos direitos que o Estado democrático deve assegurar aos seus cidadãos.

Tal tarefa, reconheço, se torna mais complexa no mundo presente, quando as funções próprias da esfera pública vão sendo reformuladas segundo a marcha do tempo: ao privatizar uma

empresa ou conceder a operação de uma rodovia, por exemplo, o Estado se demite de tarefas econômicas que reconhece serem melhor geridas pela empresa privada.

Mas ao emitir novas exigências ambientais - obrigando, por exemplo, o usuário das águas correntes a tratá-las antes de lançá-las numa corrente fluvial - o mesmo Estado alarga sua influência sobre o comportamento das pessoas, sob a sanção do interesse geral.

Concordamos, segundo a Declaração de Quebec - que acaba de ser formulada pelos representantes dos Países e Estados autônomos dos povos da América - que tais questões devem ser amplamente debatidas, tanto pelos Deputados em si quanto mediante participação ativa da população nas consultas preliminares à tomada de decisões que afetem o povo.

Esse aprofundamento da democracia vai garantir nossa luta pelo desenvolvimento estabilidade e evolução do Estado e da Nação, no marco da civilização que estamos construindo nesta parte do mundo, sobretudo do processo de integração centralizado no MERCOSUL - e no qual o Paraná guarda interesse substancial.

Senhora e Senhores Deputados: sejam bem-vindos para mais esta jornada de trabalho em benefício do povo do Paraná.

Muito obrigado!"

Convido a todos para ouvirem a apresentação do Coral Paraná.

(Aplausos)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, que lerá a Mensagem, dando conta da situação do Estado. Sua Excelência falará da tribuna.

Os Senhores Deputados Valdir Rossoni, Élio Rusch e Nelson Garcia o acompanharão até a tribuna.

O SR. JAIME LERNER (Lê):

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, Deputado Anibal Khury, Excelentíssimos Senhores Deputados Estaduais,

povo do Paraná, representado nesta Casa de Leis.

Ao iniciar-se mais um período legislativo, venho a esta egrégia Casa, apresentar o relatório das ações e projetos do Governo Estadual no ano que passou.

Faço-o com a alegria de quem teve a oportunidade de realizar, e com a satisfação de poder enaltecer o elevado grau de apoio e diálogo por parte do Poder Legislativo, o que só reafirma o primado da harmonia entre os poderes que têm pautado a nossa conduta.

Por isso, desde já agradeço a todos e a cada um dos Senhores Deputados, ao mesmo tempo que proponho a continuidade desta convivência, que só tem crescido e amadurecido.

Quero homenagear neste momento, o nobre Deputado Anibal Khury, que ao longo de meio século de atividade política, tem exercido um papel de permanente equilíbrio na vida de nosso Estado. Com sabedoria e ponderação, tem sido a própria voz da experiência. Assim, na pessoa do Deputado Anibal, homenageio também a todos os Senhores Deputados, que fazem desta Casa a representação de todos os paranaenses.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, tenho a elevada honra e o orgulho de poder afirmar no dia de hoje que o Estado do Paraná consolida um novo tempo, afirmando-se como um território de oportunidades.

Há quatro anos passados, quando em campanha, comecei a percorrer cada um dos nossos municípios, apresentei inúmeras propostas de governo, que poderiam - todas elas - ser resumidas numa só palavra: transformação.

A visão que eu tinha então, e que se confirmava em cada região visitada, era a de um Estado que precisava romper um ciclo de injustiças que tolhia o seu desenvolvimento.

Era preciso construir a nossa independência.

Maior produtor brasileiro de grãos e de energia, formado por um povo notadamente valioso, o Paraná não podia conformar-se mais com a situação em que vivia.

A agricultura, que praticamente escreveu a nossa história, determinando a ocupação do território e por muito tempo gerando o essencial de nossa

riqueza, já não podia mais arcar sozinha com todo este peso.

E isso por inúmeras razões, a começar pela intensa competitividade que vem marcando a atividade nos últimos anos. Especialmente a agricultura é demasiadamente suscetível a fatores externos, como as cotações e às nuances internacionais, que regem o seu mercado.

E mais, a agricultura tem a maior parte do seus regulamentos determinados por legislação federal, sem contar que está sujeito a adversidades climáticas, que podem comprometer safras de um ano inteiro de trabalho, de investimentos e trabalho.

Era preciso, sim, acrescentar à nossa economia novas frentes.

De outro lado, a nossa energia é quase toda ela exportada para outros Estados, beneficiando especialmente aqueles mais industrializados. E isso também por legislação federal, injusta e descabida, que obriga os Estados produtores a exportar por preços reduzidos o excedente gerado.

Assim, os Estados importadores lucram duas vezes, porque além de revender esta energia pelo preço de mercado, ainda se beneficiam da tributação que, por lei federal, é feita na ponta do consumo.

Esta terrível injustiça contra o Paraná foi perpetrada na Constituição de 1988, e não se viu naquela época qualquer reação de muitas das lideranças que hoje combatem o nosso projeto de desenvolvimento. Os Estados mais fortes nos impuseram esta verdadeira humilhação, ao mesmo tempo que mantiveram o privilégio de cobrar na origem a quase totalidade do imposto de circulação de mercadorias. Dois pesos, duas medidas. Uma imposição iníqua dos mais fortes contra os mais fracos.

Nesta condição, além de exportadores de matéria prima e de energia barata, nos tornamos também exportadores de ICMS, exportadores de empregos, exportadores de desenvolvimento.

Não havia então, como não há agora, outro caminho que não a industrialização. Para gerar novos empregos numa sociedade que urbanizou velozmente nas últimas décadas. Para buscar novas tecnologias. Para trazer de volta o ICMS que vínhamos exportando.

para ampliar aqui o consumo de energia, cuja geração tantas terras alagou e tanto capital consumiu. Qualquer um poderia ver que era estratégico agir assim. Era o caminho que nos permitiria alcançar outro estágio de desenvolvimento. E foi o caminho que abrimos.

Nestes três anos, os investimentos industriais em nosso Estado já chegam a 14 bilhões de dólares. Nestes três anos, o Paraná consolidou a invejável posição de segundo polo automotivo do País.

À conta destes investimentos, bem como de empreendimentos em infraestrutura e agricultura, nós estamos colhendo hoje a maior safra de empregos de nossa história. São 480 mil novos empregos, diretos e indiretos, que começam a escrever uma nova e promissora história em nosso Estado.

Todo este processo de industrialização ocorre articulado a outras frentes de transformação. Tiramos 40 mil crianças da rua para a escola e vamos dobrar esse número em 1998. Implantamos 100 Vilas Rurais e estamos concluindo outras 50. E amanhã, terça-feira - 17 de fevereiro - estaremos autorizando as obras de implantação de mais 200 Vilas, o que significa que chegaremos a 350 Vilas Rurais até o final do presente ano.

Com as Vilas, serão perto de 100 mil pessoas com a casa digna, o pedaço de terra para plantar e uma perspectiva para romper o curto horizonte que durante anos se impôs aos trabalhadores rurais, os castigados bóia-frias.

Aqui, vale uma reflexão. Por que um Estado que faz o maior programa do País para atender o homem rural, é justamente aquele onde as invasões de terra mais se multiplicam?

O que pretende um movimento que ignora o formidável esforço que aqui se faz para assegurar a paz no campo? Ao contrário, despreza o chamamento para o diálogo e semeia a retórica do confronto, para colher a violência e ganhar manchetes que mantenham erguidas as suas bandeiras políticas.

Ao Governo do Estado resta agir com cautela e rigor - coibindo os ânimos dos dois extremos que têm ocupado o palco da terra. Mas, sobretudo, a nossa resposta para a questão da terra

estará cada vez mais assentada na sementeira das novas perspectivas que queremos para o campo.

É por isso que investimentos no revigoramento da cafeicultura, que está repetindo nas regiões produtoras uma promissora distribuição de renda. O mesmo estamos fazendo com o algodão, que nesta safra está recuperando milhares de empregos.

Igualmente, estamos agora fortalecendo, com apoio financeiro e tecnologia, os produtores de feijão, ultimamente premiados pela concorrência internacional.

Como se vê, o Estado que deu o maior salto de industrialização de sua história, não esqueceu a sua agricultura, especialmente os pequenos produtores. Estamos semeando escolas do campo, uma nova concepção para estimular nos filhos dos agricultores o amor à terra e proporcionar a eles o conhecimento para permanecer na atividade dos pais.

Em todo o Estado multiplicam-se as estradas rurais pavimentadas - caminhos da produção e do saber. Caminhos da perfeita integração entre o homem urbano e o homem rural que, nesta época de disseminação da tecnologia e da comunicação - já não precisa mais ser um homem isolado. Tudo isso vai compondo o cenário de oportunidades que desenhamos para o homem rural.

Poderíamos estar muito à frente, não fora o odioso episódio imposto por dois representantes do Paraná no Senado aos financiamentos internacionais destinados a programas sociais no campo e na cidade. Todos conhecem o efeito multiplicador, o círculo virtuoso que estes financiamentos terão ao Paraná.

Mas traidores do nosso Estado, numa manobra nunca antes vista em toda a longa história do Senado, adiaram em 538 dias a chegada dos recursos. Foi preciso que Senadores de outros Estados levantassem a sua voz para impedir que se perpetrasse a grave injustiça.

Presto aqui a minha homenagem a estes Senadores que, a exemplo do Senador paranaense José Eduardo Vieira, fizeram justiça ao nosso Estado e honraram o nome do Senado. Todo este episódio ficará em nossa história como um

divisor de águas, pois marcará o fim de uma era em que estreitos interesses eleitorais impunham o atraso e a injustiça. O Paraná é maior do que os seus detratores. E assim não permitirá, igualmente, que transformem em defeito a virtude da industrialização.

Vejam o caso da Renault, emblemático porque abriu o grande ciclo da industrialização. Confinado à condição de exportador de matérias-primas, energia e impostos, o Paraná usou de instrumentos consolidados e de uma fórmula criativa para atrair a fábrica francesa.

Foi uma vitória histórica, mas os inimigos do Paraná não tiveram folga até que conseguissem revelar para o resto do Brasil o nosso segredo. Por uma leitura torta e mal intencionada do protocolo com a Renault, tentaram dar contorno de escândalo para um documento cuidadosamente elaborado, juridicamente perfeito, estrategicamente vantajoso para o Paraná.

O que conseguiram com isso? Além de manchetes sensacionalistas, conseguiram entregar para os Estados concorrentes a nossa fórmula. Isso em tempo de guerra, equivaleria entregar segredos militares para o inimigo.

Felizmente, muito cedo a nossa imprensa percebeu o caráter traiçoeiro desta manobra e se abriu com coragem e generosidade para a defesa do Paraná. Por isso sou grato às lideranças, à imprensa, ao povo, que perceberam o quanto é fundamental para o nosso Estado a industrialização, que significará deixarmos de ser economia periférica.

Estado industrializado é Estado forte.

Há menos de uma semana, a Confederação Nacional da Indústria divulgou minucioso estudo sobre a chamada 'guerra fiscal' na atração de investimentos. Viu-se ali que justamente os Estados que nos criticam são os campeões na concessão de incentivos. O Paraná sequer é citado neste estudo, o que vem provar que a propalada prodigalidade na concessão de incentivos só existe na cabeça dos nossos detratores.

Há 25 anos, quando lançamos a Cidade Industrial de Curitiba, não faltaram vozes históricas a nos atacar. Muitos dos que hoje nos combatem,

naquela época diziam que estávamos fazendo ali um campo de golfe, sem enxergar que na verdade tratava-se de uma grande tacada. Hoje, a Cidade Industrial de Curitiba gera perto de 300 mil empregos diretos e indiretos e é responsável por mais de 15% do Fletamento ICMS do Estado.

Tal como ocorreu naquela época, também agora esses ataques grosseiros e infundados irão para o lixo da história.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Há quatro anos percorri cada município de nosso Estado, como mercador da esperança.

Hoje, quando as nossas estradas se transformam no maior canteiro de obras do País; quando inauguramos obras como a Ponte de Guaíra; quando nossos professores e policiais são respeitados e têm seus salários corrigidos em mais de 100%; quando vemos a Costa Oeste tomar o contorno de um promissor futuro para a região; quando a qualidade de vida, infra-estrutura e formação humana se articulam numa visão estratégica de desenvolvimento, tenho a convicção de que valeu a pena.

Por isso, registro os meus mais profundos agradecimentos a todo o povo do Paraná que, com os olhos postos no futuro, abre hoje os caminhos da oportunidade.

Muito obrigado."

O SR. ÂNGELO VANHONI - Senhor Governador, o senhor é a pessoa mais importante na política do nosso Estado.

Quero dizer que me senti atingido, e quero dizer que não sou traidor do povo do Paraná por ter lutado pela abertura dos protocolos, porque acredito que o dinheiro público deve ser administrado com transparência, com impessoalidade, pois isso era um dever deles de exigir a abertura do protocolo, assim como é um dever nosso, porque se trata de dinheiro dos contribuintes.

Era uma obrigação sua abrir o protocolo.

O Senhor Presidente (Aníbal Khury) -

Antes de encerrar a presente sessão, esta Presidência deseja expressar o seu mais profundo agradecimento pela presença das autoridades

civis, militares e eclesiásticas, representativas do Corpo Consular, bem como os demais, que aqui compareceram e muito honraram a presente sessão e a todos os nossos colegas Deputados.

Solicito à mesma comissão anteriormente designada, para que, ao término da presente sessão, acompanhe Suas Excelências o Senhor Governador do Estado e o Presidente do Tribunal de Justiça, durante as suas permanências no recinto do Palácio Dezenove de Dezembro.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, a ser cantado pelo Coral Paraná, acompanhado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado, após o que estará encerrada a presente sessão.

(É executado o Hino do Paraná)

(Aplausos)

Nada mais havendo a tratar, após a execução do Hino do Paraná, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Ordinária para terça-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 522, 584, 616, 658 e 659/97.

Levanta-se a sessão.